

CSRF/T02 Fls. 68



MINISTÉRIO DA FAZENDA

CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS

SEGUNDA TURMÀ

Processo nº

13629.000042/2002-85

Recurso nº

132.804 Voluntário

Matéria

IPI

Acórdão nº

201-79.360

Sessão de

28 de junho de 2006

Recorrente

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A - USIMINAS

Recorrida

DRJ em Juiz de Fora - MG

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Data do fato gerador: 31/03/1997, 31/05/1997

IPI. DENÚNCIA ESPONTÂNEA. PAGAMENTO EM ATRASO SEM A INCLUSÃO DA MULTA DE MORA. INCIDÊNCIA DA MULTA DE OFÍCIO.

O atraso no recolhimento de tributo implica a incidência da multa moratória, que, se não incluída no pagamento, sujeita o contribuinte à incidência da multa de oficio isolada, por ocasião da revisão da DCTF.

Recurso voluntário negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da PRIMEIRA CÂMARA do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, pelo voto de qualidade, em negar provimento ao recurso. Vencidos os Conselheiros Gileno Gurjão Barreto, Fernando Luiz da Gama Lobo D'Eça, Fabiola Cassiano Keramidas e Gustavo Vieira de Melo Monteiro. A Conselheira Josefa Maria Coelho Marques apresentou declaração de voto.

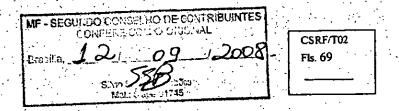
Infa Maria Dello Marques:

Presidente

JOSÉ AMTONIO FRANCISCO

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Walber José da Silva e Maurício Taveira e Silva.



Relatório

Trata-se de recurso voluntário (fls. 54 a 61), apresentado contra o Acórdão nº 11.791, de 29 de novembro de 2005, da DRJ em Juiz de Fora - MG (fls. 49 a 52), que considerou procedente o auto de infração de IPI, lavrado em 7 de dezembro de 2001, relativamente aos períodos de fevereiro e março de 1997, nos seguintes termos:

"Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI

Ano-calendário: 1997 🦠

Ementa: DENÚNCIA ESPONTÂNEA. MULTA. A multa moratória destina-se a compensar o sujeito ativo pelo atras o no pagamento do que lhe era devido e não tem sua aplicação excluida pela denúncia espontânea, sendo exigida sempre que o pagamento do tributo é efetuado espontaneamente, mas fora do prazo previsto nalegislação específica.

Lançamento Procedente".

Segundo o auto de infração (fls. 19 a 24), relativamente ao primeiro decêndio de fevereiro de 1997, houve pagamento em atraso sem inclusão de multa de mora, e, relativamente ao primeiro e segundo decêndios de março de 1997, a multa de mora foi paga a menor. Aplicou-se, ao primeiro período, a multa de oficio isolada.

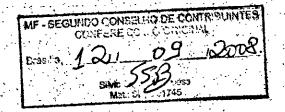
No recurso, alegou a interessada que "não há justificativa para a autuação, porque o 'débito fiscal' representado apenas por multas surgiu a partir de um erro no cálculo do crédito presumido de PIS/Cofins, quando do recolhimento do IPI, nos meses de janeiro, fevereiro e março de 1997".

Havendo detectado o erro no mês de maio, "efetuou o recolhimento da diferença, com juros de mora", não havendo qualquer tributo em atraso.

Dessa forma, teria ficado claro o pagamento "espontâneo", o que afastaria a multa, nos termos de "entendimento já definitivamente consagrado na Câmara Superior de Recursos Fiscais e na Primeira, Segunda e Terceira Câmaras desse Egrégio Conselho de Contrubuintes", conforme ementas que reproduziu a seguir.

Ademais, o art. 80 da Lei nº 4.502, de 1964, "pressupõe a falta de recolhimento do valor do IPI 'lançado", o que não ocorreu, uma vez que o valor do imposto foi pago, e, segundo entendimento dos Conselhos de Contribuintes, seria "incabível o lançamento da multa de oficio isolada do art. 44, I, 1°, II, da Lei n. 9.430/96 (...), pelo não recolhimento da multa moratória, quando amparado o contribuinte pelo instituto da denúncia espontânea". Citou ementas de acórdãos das 5º e 7º Câmaras do 1º Conselho de Contribuintes.

Por fim, argumentou que as multas seriam devidas apenas nas hipóteses de falta de declaração ou de declaração inexata e que a Instrução Normativa SRF nº 7, de 1998, art. 4º, determinaria que, no caso de pagamento a menor de multa e juros de mora, não caberia o lançamento da multa de oficio.



CSRF/T02 Fis. 70

O arrolamento foi apresentado nos termos das fls. 64 e 65.

É o Relatório.

400

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES		
CONFLICE WOLLD THE LATE.	٠.	CSRF/T02
Briotia 12 09 2008	•	Fls. 71
State SSB thiss	٠.	
Srivito 2 Deditosa Mat. Siape 91745		

Voto

Conselheiro JOSÉ ANTONIO FRANCISCO, Relator

O recurso é tempestivo e satisfaz os demais requisitos de admissibilidade, devendo-se dele tomar conhecimento.

No tocante à Instrução Normativa SRF nº 7, de 1998, trata-se de interpretação da disposição do art. 44, § 1º, II, na hipótese em que a multa de mora é recolhida a menor.

Na hipótese, poderiam surgir duas interpretações: aplicação da multa de oficio, proporcionalmente à parcela não recolhida da multa de mora ou apenas cobrança da diferença de multa de mora não recolhida.

Como o dispositivo legal previa a incidência da multa de oficio, na hipótese de recolhimento de tributo "sem o acréscimo de multa de mora", a IN estabeleceu ser impossível a aplicação da multa de oficio no caso, o que, na realidade, apenas restringe a aplicação da multa de oficio ao caso de falta de recolhimento integral da multa de mora, como ocorre no caso dos autos.

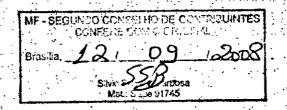
Quanto à denúncia espontânea, destaque-se a posição definitiva do Superior Tribunal de Justiça, relativamente aos tributos sujeitos a lançamento por homologação que tenham sido declarados pelo sujeito passivo (no âmbito dos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, praticamente todos).

Reproduzem-se abaixo algumas ementas de acórdãos:

"TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. TRIBUTOS SUJEITOS A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. DENÚNCIA ESPONTÂNEA (CTN, ART. 138). NÃO-CARACTERIZAÇÃO.

- 1. A 1ª Seção desta Corte firmou entendimento no sentido de que não resta caracterizada a denúncia espontânea, com a consequentemente exclusão da multa moratória, nos casos de tributos sujeitos a lançamento por homologação declarados pelo contribuinte e recolhidos fora do prazo de vencimento.
- 2. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no AG nº 642486/SC, Relator: Ministro Teori Albino Zavascki. data do julgamento: 08/03/2005, data da publicação/fonte: DJ de 28/03/2005, p. 208)

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. DENÚNCIA ESPONTÂNEA. CTN, ART. 138. PAGAMENTO INTEGRAL DO DÉBITO FORA DO PRAZO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE EXCLUSÃO DA MULTA MORATÓRIA.



CSRF/T02 Fls. 72

- 1. 'Não resta caracterizada a denúncia espontânea, com a consequente exclusão da multa moratória, nos casos de tributos sujeitos a lançamento por homologação declarados pelo contribuinte e recolhidos fora do prazo de vencimento.' (RESP 624.772/DF)
- 2. A configuração da 'denúncia espontânea', como consagrada no art. 138 do CTN não tem a elasticidade pretendida, deixando sem punição as infrações administrativas pelo atraso no cumprimento das obrigações fiscais. A extemporaneidade no pagamento do tributo é considerada como sendo o descumprimento, no prazo fixado pela norma, de uma atividade fiscal exigida do contribuinte. É regra de conduta formal que não se confunde com o não-pagamento do tributo, nem com as multas decorrentes por tal procedimento.
- 3. As responsabilidades acessórias autônomas, sem qualquer vínculo direto com a existência do fato gerador do tributo, não estão alcançadas pelo art. 138 do CTN. Precedentes.
- 4. Não há denúncia espontânea quando o crédito tributário em favorda Fazenda Pública encontra-se devidamente constituído por autolançamento e é pago após o vencimento. (EDAG 568.515/MG)
- 5. Agravo regimental a que se nega provimento."

O Superior Tribunal de Justiça pacificou a matéria, aprovando o seguinte entendimento: "O atraso no recolhimento de tributo sujeito a lançamento por homologação exclui o beneficio da denúncia espontânea e atrai a incidência da multa moratória" (http://www.stj.gov.br/SCON/jcomp/doc.Jsp?livre=AGA+adj+616326&&b=COMP&p=true&t=&l=20&i=1).

A conclusão baseia-se no fato de que o sujeito passivo comunica à Secretaria da Receita Federal os valores devidos, mas se omite em relação ao recolhimento, conduta não condizente com a denúncia espontânea.

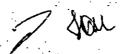
Obviamente, é possível que o recolhimento seja efetuado em primeiro lugar, deixando-se a apresentação da declaração ou sua retificação para um momento posterior.

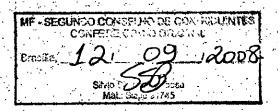
Mas essa conduta também não é lícita para caracterizar a denúncia espontânea, uma vez que não exclui o dever de apresentar a declaração. Tanto é que o entendimento do STJ não faz menção à necessidade de apresentação de declaração prévia.

Basta dizer que, segundo o art. 138 do CTN, a denúncia espontânea deve ser acompanhada, "se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora", o que implica reconhecer que a denúncia espontânea tem um componente formal, que é a comunicação à autoridade fiscal do ilícito praticado.

Deduz-se tal conclusão da definição de denúncia, conforme o Dicionário Houaiss (http://www.uol.com.br/houaiss):

"ato verbal ou escrito pelo qual alguém leva ao conhecimento da autoridade competente um fato contrário à lei, à ordem pública ou a algum regulamento e suscetível de punição."





CSRF/T02 Fls. 73

Ademais, os efeitos atribuídos à denúncia espontânea tem a finalidade de incentivar a regularização da infração, antes que o Fisco tenha conhecimento do ilícito.

Nesse contexto, havendo apresentação da declaração, com omissão de pagamento, obviamente o Fisco terá conhecimento da falta de recolhimento. Dessa forma, não haveria vantagem alguma para o Fisco no reconhecimento da ocorrência de uma denúncia espontânea nesse caso.

Ademais, a mora é irrecuperável, pois o dano causado ao erário pela falta de recolhimento não é recuperável pelo simples pagamento em atraso com juros de mora. Daí a necessidade de prevalência da multa de mora, ainda que o sujeito passivo tenha efetuado o recolhimento antes da cobrança.

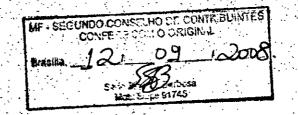
Portanto, a multa de mora, cuja falta de recolhimento é a premissa para aplicação da multa de oficio, no presente caso, era devida.

Sendo devida, a situação subsome-se à hipótese legal de aplicação da multa isolada.

À vista do exposto, voto por negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 2006.

JOSÉ ANTONIO FRANCISCO



CSRF/T02 ... Fls. 74

Declaração de Voto

Conselheira JOSEFA MARIA COELHO MARQUES

Em relação à denúncia espontânea, manifestei-me da seguinte forma no Acórdão nº 201-77.641, de 15 de junho de 2004:

"A autoridade de primeira instância manteve a exigência, sob os seguintes fundamentos, verbis:

' [...]

7. O instituto da denúncia espontânea tem alvo específico: cobre fatos desconhecidos pelo Fisco. O simples recolhimento efetuado após o vencimento do tributo não pode ser configurado como denúncia espontânea, tratando-se meramente de pagamento em atraso, sujeito à cominações previstas em lei. Conforme Demonstrativo de Imputação (fl. 04), verifica-se que referidos pagamentos revelaram-se insuficientes para a quitação dos débitos, tendo sido aproveitados os valores recolhidos a destempo e apurado saldo devedor, objeto do presente processo.

[...]

Por concordar com tal entendimento, prestando as devidas homenagens à DRJ em Campinas - SP, adoto como minhas as suas razões de decidir."

Destaco, ainda, que a disposição do art. 138 do Código Tributário Nacional refere-se a infrações à legislação tributária, previstas no art. 136, o que não se ajusta à falta de pagamento de tributo.

Com essas considerações, voto por negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 2006.

Josefa Maria Il Marques: